

### 3

## A Cosmografia Antropofágica

Neste capítulo tratamos de dois autores franceses, Andre Thevet e Jean de Léry, que fizeram parte da expedição capitaneada por Villegagnon na costa brasileira. Enquanto a França Antártica terminou com a expulsão dos franceses por Men de Sá poucos anos depois, os relatos de Thevet e Léry tiveram vida longa. As *Singularidades da França Antártica* e a *Cosmografia Universal*, de Thevet, e a *História de uma Viagem feita à Terra do Brasil, também Chamada América*, de Léry, ofereceram visões contrastantes a cerca da experiência europeia do Novo Mundo, ambas, porém, profundamente influenciadas pelos conflitos religiosos e políticos que mergulharam a França em guerra civil. De um lado, Thevet produziu uma experiência cosmográfica que ressaltava a incomensurabilidade entre o Velho e o Novo Mundo; de outro, Léry destacou a possibilidade das traduções interculturais, abrindo espaço para a crítica ao catolicismo europeu. Ambos, porém, mantiveram no centro de suas atenções os conflitos civis e religiosos que animavam a Europa de sua época e tenderam a ver no Novo Mundo um reflexo das dinâmicas que experimentaram no Velho Mundo. Para Thevet, como veremos adiante, o Novo Mundo foi imaginado como um espaço aberto para a ocupação e reprodução das instituições europeias, enquanto que para Léry, o Novo Mundo representou a possibilidade de fuga e liberdade destas mesmas instituições.

### 3.1.

#### A França Antártica

O projeto de colonização francesa das Américas, a França Antártica, terminou como um retumbante fracasso apenas cinco anos depois de Villegagnon ter erguido, em 1555 seu Forte Coligny, em uma pequena ilha na Baía de Guanabara. O projeto de colonização se desfez como poeira em consequência das guerras de religião intestinas que corroíam a França por dentro. Mas a expedição de Villegagnon não foi o primeiro nem o último capítulo das peripécias francesas nos mares do Atlântico. A bem da verdade, mesmo antes de Pedro Álvares Cabral fincar seus pés nas areias brancas brasileiras, e Pero Vaz de caminha declarar que

“a terra é tão boa que em se plantado tudo dá”, aventureiros navegadores de nacionalidades variadas já provavam destes frutos muito antes.

Em 1488, Jean Cousin, navegador de Dieppe, já teria frequentado a foz do rio Amazonas e do Orinoco, ainda que faltem evidências mais claras sobre sua incursão. Em companhia de um dos irmãos Pizón, sua viagem teria sido de vital importância para os descobrimentos lusitanos e espanhóis. Alguns anos mais tarde, o francês Paulmier de Gonneville velejou à costa brasileira a bordo do bem equipado *L'Espoir*, mas regressou à França arruinado após ter sido atacado por piratas ingleses no canal da Mancha. Em 1522, armado por Jean Ango, outro nome notável dos primórdios da navegação francesa, Jean Fleury capturou uma nau espanhola carregada com tesouros americanos pilhados por Hernan Cortez; Jacques Cartier, entre 1534 e 1536, em companhia do explorador florentino Giovanni da Verrazzano, “descobriu” a costa do Canadá e de lá regressou à Europa trazendo consigo uma série de artefatos curiosos na nova terra. De fato, a presença francesa no Atlântico era enorme a despeito da aparente indiferença de Francisco I para com as aventuras marítimas de seus súditos (Caminha, 1980). A presença destes navegadores não passou despercebida: “desde 1516, o rei d. Manuel queixava-se das ações dos armadores franceses a Francisco I, que refutou sua reclamação, e, alguns anos depois respondia a d. João III: ‘Não sou eu quem lhe faz a guerra, mas Jean Ango. Trate com ele’” (Mariz; Provençal, 2015). Se para Francisco I as piratarias de seus conterrâneos não lhe diziam respeito, para Carlos V causavam uma crescente preocupação.

Mas foi somente após a descoberta das minas de prata de Potosí, em 1545, que a situação iria se alterar como um todo<sup>1</sup>. Não seriam mais os eventuais carregamentos de riquezas pilhadas do México e enviadas à Espanha, a exploração do Pau-Brasil ou as histórias encantadoras que viajantes criativos inventavam sobre o *El Dourado* que animariam os armadores franceses e ingleses a se lançarem em alto mar, mas o rio de prata que efetivamente corria pelo interior dos Andes e desaguava no sul da costa leste do Novo Mundo.

---

<sup>1</sup> “Between 1521 and 1544 the mines in the Habsburg hereditary lands produced almost four times as much silver as the whole of América. It was only in Charle’s later years, between 1545 and the late 1550’s, that these figures reversed” (Eliott, 1970).

O Ciclo da Prata fora realmente esplendoroso. “Entre 1503 e 1660”, conta Eduardo Galeano, “desembarcaram no porto de Sevilha 185 mil quilos de ouro e 16 milhões de quilos de prata”, cifras que superavam em três vezes o total das reservas europeias, sem contar o contrabando, que não era pouco. (Galeano, 2015). O reino do Peru tornara-se um sinônimo de riqueza abundante; “Potosí passou a ser o ‘nervo principal do reino’”:

“No começo do século XVII, a cidade já contava com 36 igrejas esplendidamente ornamentadas, outros tantos cassinos e quatorze escolas de dança. Os salões, os teatros e os tablados para festas exibiam riquíssimos tapetes, cortinados, brasões e obras de ourivesaria; das sacadas das casas pendiam damascos coloridos e panos entrelaçados de ouro e prata”.

(Galeano, 2015)

Já em 1720, o Capitão William Betagh, levado como prisioneiro à cidade de Lima após ser capturado pelos espanhóis, descreve assim sua experiência no Peru:

“The great and rich city of Lima is the metropolis of Peru ... The people here are perhaps the most expensive in their habits of any in the world. The men dress nearly as in England, their coats being either of silk, fine English cloth, or camblots, embroidered or laced with gold or silver, and their waistcoats usually of the richest brocades. The women wear no stays or hoops, having only a stitched holland jacket next their shifts, and they generally wear a square piece of swansdown flannel thrown over their shoulders, entirely covered with Flanders lace, and have their petticoats adorned with gold or silver lace”

(Betagh, 1813)

Não por menos, a “veia jugular do vice-reinado, manancial de prata da América, Potosí possuía 120 mil habitantes segundo o senso de 1573”, a mesma população de Londres “e mais habitantes do que Sevilha, Madrid, Roma ou Paris” (Galeano, 2015). Juntamente com as minas do México, a exportação de prata das colônias espanholas no Novo Mundo representavam 80% da produção mundial do metal (Flynn; Giraldez, 1995). Este manancial de riquezas não tardaria a chamar a atenção dos demais europeus excluídos pela Bula Papal de 1494 de fazer parte nesta acumulação primitiva tão valiosa.

Meio século após o “descobrimento”, a imaginação europeia sobre as variedades exóticas que brotavam além do Atlântico ganhavam *momentum* irreversível. Na França, “Henrique II, ao subir ao trono em 1547, afirmou. Após quatro anos de hesitações, sua vontade de ir à terra dos portugueses” (Mariz; Provençal, 2015).

Alguns anos mais tarde, em 1550, a cidade de Rouen abrigou uma festa de recepção a Henrique II e Catarina de Médicis da qual participaram índios tupinambás trazidos do Brasil, que fora um grande sucesso. Frank Lestringant descreve assim a festa de Rouen:

“Cinquenta índios tupinambás em sua nativa nudez e 250 marinheiros e prostitutas no mesmo traje imitaram as cenas de vida selvagem: caça, pesca, passeios, desvios amorosos numa rede, carregamento de pau-brasil, guerra e incêndio contra uma aldeia inimiga. Para encerrar, o espetáculo pôs em cena uma embarcação francesa e uma caravela portuguesa, esta logo canhoneada, pilhada e incendiada, com a participação dos selvagens e a maior alegria do público”.

(Lestringant, 1997)

As fantásticas histórias de navegação, como as de Hans Staden, publicadas em 1557, inspiravam autores como Rabelais a escrever as aventuras marítimas de Pantagruel e muito influenciaram o pensamento de filósofos humanistas como Montaigne e posteriormente Rousseau. A França ansiava pelas riquezas do Novo Mundo e suas maravilhas.

Quando começou a cultivar a ideia de uma colônia francesa na América, no início da década de 1550, Nicholas Durant de Villegagnon já era uma figura conhecida e respeitada no velho continente. Em 1531, ingressou na Ordem de Malta e pouco após terminar seus estudos foi incorporado, junto a outros quatrocentos cavaleiros da Ordem, às forças de Carlos V que se dirigiam a Argel para combater os mouros. Villegagnon fora incumbido tanto de lutar ao lado do imperador como de servir como espião para Francisco I que, apesar de católico, opunha-se aos Habsburgos. O cerco a Argel terminou em desastre, mas a atuação corajosa de Villegagnon rendeu-lhe boa fama para ambos os lados. Após alguns trabalhos como *courrier* diplomático, o cavaleiro de Malta comandou o sequestro de Maria Stuart, feito que consolidou sua posição de prestígio na corte francesa e, inversamente, causou ódios aos ingleses. Villegagnon ainda combateu salteadores ingleses no canal da Mancha, e, novamente, turcos em viagens subsequentes. Em 1552 foi nomeado vice-almirante da Bretanha, posição de alto prestígio, quando tinha 42 anos.

Neste mesmo ano o navegador Guilhoume Le Testu<sup>2</sup> – famoso navegador e cartógrafo de Dieppe – em companhia do frade e cosmógrafo André Thevet e do piloto Nicholas Barré, foram enviados em missão de reconhecimento ao Novo Mundo, de onde retornaram com informações valiosas sobre a geografia do Brasil e dos povos que lá habitavam. Dois anos mais tarde, em 1554, o próprio Villegagnon partiu em uma missão secreta nas Américas, ainda que se saiba pouco sobre o que fizera e por onde andara por conta do próprio sigilo que envolveu a expedição. A razão de sua viagem, porém, é de fácil compreensão: “seus objetivos eram ambiciosos: ocupar a baía de Guanabara com uma forte base militar e naval para depois tentar controlar o comércio internacional com as índias” (Mariz; Provençal, 2015). É bem verdade que aventureiros e contrabandistas franceses desde há muitas décadas rondavam por estas bandas, mas uma ocupação permanente era ainda inédita e ousada.

A ideia de uma França antártica não empolgou sobremaneira o Rei Francês em particular, que demonstrou apenas um modesto entusiasmo financeiro e ajudou a organizar a expedição por intermédio de seu principal ministro, o (ainda) católico almirante Gaspar de Coligny (Araújo, 2009), mas era uma boa oportunidade de arrebatar lucros para armadores privados de Dieppe. Em 1555, Le Testu, Nicholas Barré, André Thevet e o próprio Villegagnon chegaram à Baía de Guanabara, onde fundaram a França Antártica.

Villegagnon era um católico fervoroso, acostumado ao combate e à disciplina religiosa rigorosa da Ordem de Malta. Não resta dúvida de que um dos motivos para sua empreitada em terras ocidentais fora a de “plantar a palavra de Deus” (Villegagnon, 2009, carta 10) entre “aquela gente bárbara e selvagem, sem nenhuma cortesia ou humanidade, completamente diferente de nós na maneira de agir e na instrução; sem religião nem nenhum conhecimento de honestidade e virtude, do que é direito ou injusto” (Villegagnon, 2009, carta 6). Mas os critérios de honestidade e virtude adotados por Villegagnon eram elevados demais até para seus compatriotas que lhe fizeram companhia no Forte de Coligny; os cerca de seiscentos franceses que embaçaram na missão de colonização eram todos

---

<sup>2</sup> Le Testu anos mais tarde, em 1572, se juntaria a Francis Drake em seu assalto ao Panamá. Ao contrário de Drake, que escapou levando consigo a pilhagem das mulas de carga espanhola, foi capturado e executado por pirataria.

homens, e não tardaram a se lançar gulosamente sobre as mulheres nativas. Villegagnon reagiu de forma intransigente à “cupidez carnal” (Villegagnon, 2009,) dos europeus, e em pouco tempo viu surgir entre os seus um complô para por fim à sua vida. O motim falhou graças à lealdade de alguns de seus companheiros que lhe revelaram o plano de assassinato a tempo de reagir (Barré, 2009, carta 1). Porém, as condições de trabalho intensivas impostas pelo comandante juntamente com sua intransigência religiosa pouco a pouco reduziram seu contingente de homens, que preferiam desertar e viver entre os “selvagens”, ou fugir para o “Egito”, do que continuar na fatídica ilha de castidade e labor.

Em pouco menos de um ano os problemas enfrentados no forte da Guanabara já se mostravam graves o suficiente para forçarem Villegagnon a pedir ajuda a seu principal defensor na corte francesa, Gaspar de Coligny. Em fevereiro de 1556, Bois-le-Comte, sobrinho de Villegagnon e Andre Thevet deixaram o Brasil de volta à França: o primeiro com a missão de pedir ajuda junto ao almirante de Coligny, o segundo em função de uma grave febre que o acamou durante boa parte do ano anterior.

Há diversos motivos pelos quais o experimento colonial francês dera errado. Mas o primeiro deles, e talvez o mais importante, foram os conflitos religiosos que, dezessete anos depois culminariam na sangrenta Noite de São Bartolomeu. O almirante Coligny, na ocasião da implantação da França Antártica, em 1555, era ainda católico, mas em meados de 1556, havia se convertido ao calvinismo. E “nas precárias condições em que se encontrava a colônia da Guanabara, Villegagnon foi forçado a lançar mão de recursos para ampliar o número de seus membros e para consolidá-la” (Araújo, 2009), mesmo que isso significasse aceitar ajuda dos compatriotas, porém adversários, calvinistas. Foi por esta ocasião que o recém-convertido Gaspar de Coligny decide fazer da França Antártica um Novo Mundo para os perseguidos huguenotes.

Há controvérsias sobre esse assunto. Jean de Léry afirma que Villegagnon se convertera ao protestantismo e por essa razão pedira ao almirante Coligny que organizasse uma expedição composta por migrantes da nova fé com o objetivo de transformar a colônia da Guanabara em um refúgio contra a perseguição católica. Contudo, não há evidências de que tal pedido tenha sido feito, já que a suposta

carta enviada por Villegagnon à Coligny se perdera. De todo modo, se por conta de um pedido de Villegagnon ou por iniciativa própria de Coligny, uma expedição calvinista foi organizada e chegou ao seu destino em 1557.

Não levou muito tempo para o relacionamento entre os ministros calvinistas recém-chagados à França Antártica e o cavaleiro de Malta se deteriorassem. Como um prenúncio das sangrentas disputas religiosas que iriam dilacerar o país anos mais tarde, a contenda entre Villegagnon e os protestantes acabou em violência. Não cabe aqui entrar na disputa sobre quem estava certo ou qual lado tinha razão, ou quem mentiu sobre o que a respeito do que acontecera na colônia; basta anotar, por hora, que o cerne da disputa foi de ordem doutrinária e teológica focalizada nas celebrações da eucaristia. Afinal, ao comer o pão e beber o vinho, transubstanciados em carne e sangue de Cristo, não estariam os católicos a cometer a mesma insuportável atrocidade que os selvagens canibais americanos? Tal assunto que hoje pode parecer distante era, no século XVI, o suficiente para que se desembainhassem as espadas.

Em outubro daquele mesmo ano os recém-chegados genebrinos, após consecutivos desentendimentos dogmáticos, foram expulsos da Ilha de Villegagnon e passaram a viver junto aos Tupinambás, período do qual Jean de Léry aproveitou para fazer suas observações sobre os “selvagens” americanos, seus costumes, tradições e excentricidades. As observações de Léry foram publicadas anos mais tarde sob o título de *História de uma viagem feita a terra do Brasil, também chamada América* e ganhou grande repercussão na Europa não somente por conta da vívida narrativa sobre os canibais como também porque se envolvia na troca de acusações mútuas entre católicos e protestantes. O Livro de Léry dirigia sua atenção em especial sobre a obra que o frade André Thevet publicara em seu retorno contado as peripécias da viagem, *As singularidades da França Antártica* e posteriormente *a Cosmografia Universal*.

Em fins de 1558, já em solo europeu, o barulho causado pelos calvinistas expulsos do Forte Coligny se tornara tão grande, e as dificuldades encontradas pelo cavaleiro de Malta em manter guarneçada sua fortaleza Americana tão agudas que não deixaram a Villegagnon outra escolha senão embarcar de volta a França para rebater as críticas que eram feitas ao seu nome e buscar ajuda material e financeira

para a continuação de seu projeto ultramarino. Quando Villegagnon deixou o Forte de Coligny para ir de volta ao velho mundo, dos mais de seiscentos homens que inicialmente haviam embarcado com ele, apenas oitenta restavam. Pouco tempo depois de sua partida, em 1560, uma expedição naval liderada por Mem de Sá se aproveitou da relativa escassez de soldados guarnecendo o forte de Coligny. Em um rápido golpe Mem de Sá deu cabo dos homens de Villegagnon e pôs fim ao experimento francês no Rio de Janeiro<sup>3</sup>. Para os portugueses, fincar solidamente os pés no Brasil foi o modo que encontraram de proteger as terras que haviam tomado para si contra as incursões de piratas franceses, fossem eles pretensos colonizadores ou simples contrabandistas de pau-brasil. Para além disso, pouco resta nos dias de hoje do forte construído por Villegagnon, em cuja ilha hoje se encontra a escola naval.

Mas o maior legado deixado por Villegagnon, porém, não está no que fez na França ou no Brasil, mas na obra dos dois cronistas que alimentaram a imaginação europeia com suas narrativas cativantes e antagônicas. Andre Thevet e Jean de Léry viveram intensamente, em lados opostos, este contato com o espaço novo e livre que se abria diante dos olhos europeus na virada para o século XVI. Cada qual viu e relatou esta experiência de liberdade a seu modo, segundo suas respectivas posições no enfrentamento religioso que tomava a Europa de assalto. Seus relatos antagônicos, repletos de acusações mútuas, mentiras e ilusões, contribuíram significativamente tanto para acirrar os conflitos de religião internos à Europa – que culminaria, na França, na Noite de São Bartolomeu - quanto para fomentar o desejo de expansão colonial para as zonas ultramarinas, cada qual ao seu próprio modo. Se, por um lado, Thevet fora o porta-voz da cristandade francesa e seu sonho de colonização universal, Léry fora, ao contrário, o representante daqueles que, em solo e em instituições europeias, não encontravam segurança. Para Léry, o Novo Mundo significava uma oportunidade de fuga, uma liberdade das próprias instituições civilizatórias que o reprimiam.

---

<sup>3</sup> Nos anos que se seguiram, Villegagnon combateu vigorosamente os críticos calvinistas, tomou parte nas guerras de religião e morreu pouco antes da Noite de São Bartolomeu. Gaspar de Coligny, convertido ao protestantismo, também tomou partido nos conflitos, mas acabou esartejado em 1572.

### 3.2.

#### Cosmografia da colonização

Portanto, do mesmo modo que o lavrador que rasga a terra e dela tira seu sustento, há pessoas que, não se contentando em contemplar a vasta superfície das águas, preferem sulcar os mares em barcos e navios, os instrumentos dessa nobre atividade que é a navegação.

(Thevet, 1978)

“Logo após o descobrimento do Novo Mundo”, diz Carl Schmitt, “começa também a luta pela tomada da terra e do mar” (2014). No século XVI, as grandes navegações implicaram no início de uma nova consciência planetária totalmente distinta daquela que havia sido legada pela tradição greco-romana e judaico-cristã. O descobrimento não somente de novas terras como também de novos povos que nunca haviam sido mencionados pelos antigos fertilizou a imaginação européia e incitou uma reavaliação da história e do *locus* dos povos europeus nesta nova cartografia global.

Atrelada a realidade transoceânica da qual Thevet - e, em alguma medida, Léry, - fizera parte, surge uma nova maneira de conceber a geografia, marcadamente diferente daquela empregada pela renascença: de acordo com Frank Lestringant, “o espaço mediterrâneo no qual a confrontação entre a cristandade e o islã se desenrolava tinha, àquela altura, cessado de se confundir com o espaço global” (lestringant, 1994). Em lugar das descrições localizadas e historicizadas da corografia, a cosmografia ptolomaica ressurgia como o principal modo de representação do espaço, pois se adequava perfeitamente aos “sonhos dos navegadores e as especulações dos príncipes e diplomatas” (lestringant, 1994):

“For cosmography did not allow itself to be encumbered by obstacles. From the lofty position it took up it effaced all relief, and abolished every feature of the land. Indeed, its privileged field of action was doubtless that constituted by the vague and unified expanses of the oceans. ... it manipulated at will the natural frontiers of rivers and mountains; determined the futures of peoples by fixing their migrations and boundaries; remodeled, if necessary, the structure of continents; and controlled the calculated drift of archipelagos”

(Lestringant, 1994)

A cosmografia, por meio de suas linhas globais, meridianos e latitudes, foi a linguagem da reconstrução imagética do globo no século XVI. Por meio dela, o olhar do cosmógrafo, como fora Thevet, se distanciava da terra ao ponto de seu

olhar se confundir com aquele do Criador. Para a cosmografia, a experiência empírica do viajante se fundia ao conhecimento legado dos antigos para descortinar um universo de possibilidades ilimitadas, aberto e transparente ao olhar. Com um leve movimento da pena era possível encontrar no planeta uma nova “quarta parte”, subdividir populações e continentes inteiros ao bel prazer. Para cá ficam os índios nossos amigos, para lá os canibais monstruosos; para cá ficam as terras de Portugal, para lá da Espanha. A cada milha navegada um novo conhecimento era produzido, alargando o espaço, “empurrando em todas as direções” as fronteiras do mundo e preenchendo as lacunas do conhecimento (Lestringant, 1994).

André Thevet, frade franciscano, nasceu em 1502 e publicou, em 1554, seu primeiro livro, *Cosmografia do Levante*, fruto de suas viagens ao leste. Sua primeira obra lhe rendeu fama suficiente para ser enviado junto a Villegagnon para a América, de onde retornaria dez meses depois devido a uma enfermidade que o debilitara gravemente. No curto espaço de tempo em que esteve em boas condições, acumulou anotações suficientes para, com uma boa dose de imaginação e empréstimos a autores antigos, publicar o livro que o consagrou, *As Singularidades da França Antártica*, em 1558.

É forçoso notar, de início, o caráter peculiar que a França ocupava à época. Henrique II, mesmo sendo católico, encontrava-se desde 1552 em guerra contra o também católico Carlos V, aliado de Portugal, imperador do Sacro Império Romano-Germânico e Rei da Espanha. Apesar de católico, Henrique II se recusava a reconhecer o mandato papal que reservava as terras descobertas ao oeste aos portugueses e espanhóis. Andre Thevet, fiel ao rei Valois, encontrava-se na condição de reconhecer os méritos catequizantes de seus correligionários ibéricos e ao mesmo tempo em que violava abertamente seus territórios americanos<sup>4</sup>. Quando Thevet, em 1555, embarcou junto com Villegagnon para fundar a colônia francesa em solo americano, sabia perfeitamente que adentrava espaços inimigos, ainda que pudesse concordar com as tendências ideológicas que motivavam os lusitanos a fazer o mesmo. Por este motivo, não vemos em

---

<sup>4</sup> Situação semelhante ocorreu com o próprio Villegagnon que, enquanto cavaleiro de Malta lutou ao lado de Carlos V em nome da igreja ao mesmo tempo em que espionava seus exércitos em nome de Henrique II. Para quem devemos lealdade, aos Deuses ou aos Reis?

*Singularidades* o antagonismo virulento que estará presente nas obras protestantes e huguenotes sobre as Américas. Pelo contrário, o ponto de vista cosmográfico adotado por Thevet o permite desviar de tais questões ao desenhar um mundo politicamente vazio.

Não por menos, a “principal causa” da expedição, explica Thevet, foi nada mais que o vago recebimento de “ordens de Sua Majestade no sentido de empreender uma determinada viagem”, que o Senhor de Villegagnon aceitou “após madura reflexão”. O parágrafo seguinte adiciona um pouco mais de escala ao empreendimento, “que exigiu maiores preparativos do que necessários para equipar um exército que marcha por terra” (Thevet, 2009) devido à quantidade e variedade de materiais necessários reunidos no mesmo lugar. Tudo isso, contudo, parece ter como objetivo solitário a virtuosa busca por esclarecimento, já que somente a “longa experiência dos fatos e a fiel observação das diversas terras e nações, juntamente com seus costumes e modos de vida, contribuem para aumentar a perfeição do homem” e permitem que se “enriqueça o espírito com heroica virtude” (Ibid.). Arraigado em um ideal estoico, os interesses de Thevet parecem ser pristinamente desapegados;

“O negociante que se arrisca imprudentemente, por avareza ou insaciável cobiça dos bens particulares e temporais, é tão digno de censura [...] quanto digno é de louvor aquele que, para embelezamento e ilustração de seu espírito, e em prol do bem comum, se expõe voluntariamente a todo tipo de perigo”

(Ibid.)

Mas este nobre enriquecimento do espírito vem com um custo elevado; Thevet é enfático ao descrever os perigos que se expõem aqueles que buscam o engrandecimento entregando-se ao mar:

“Entreguei-me à sorte e à mercê de um dos mais inconstantes e impiedosos elementos, em pequenas, frágeis e inseguras embarcações de madeira (nas quais era mais de se esperar a morte que a vida), a fim de navegar em direção ao Pólo Antártico”.

(Ibid.)

Mais adiante o cosmógrafo adiciona:

“que a navegação é sempre acompanhada de perigo, do mesmo modo como um corpo o é da sua sombra, já bem o demonstrou o filósofo Anacársis. Tendo certa vez perguntado qual era a espessura das pranchas e tábuas com as quais se armavam os navios, ao lhe responderem que era apenas de quatro dedos, rematou

com este comentário: ‘não vai além disso a distância que medeia entre a vida e a morte daquele que navega no mar’”

(ibid.)

A atividade da navegação parece ser perigosa, mas as razões do perigo permanecem ocultas nas brumas divinas; os obstáculos que se interpõe entre o navegador e os grandes feitos lá foram postos pela mão de Deus para impedir que o Homem, diante de tão grandioso elemento, não caísse na “ociosidade e na indolência”. Ao modo dos *Lusíadas*, os perigos enfrentados pelo navegador não dizem respeito a política dos homens, mas parecem ter sido lá postos apenas para engrandecer os feitos daqueles que escolhem este desafio. Deste modo, a empreitada dos franceses não se anuncia como um desafio à hegemonia espanhola e portuguesa no oceano, mas como um feito heroico do homem contra as forças da natureza.

*Singularidades* se apresenta como uma narrativa de viagem. E como tal, procura ordenar os seus relatos cronologicamente de acordo com o itinerário seguido. Ana Paula Gonçalves Souza (2016) divide a obra em três momentos: o primeiro descreve, desde a partida de Thevet do porto de “Havre da Graça”, passando pela costa da África até a travessia do Atlântico; o segundo momento verificamos a chegada na América, o reconhecimento do local, breves encontros com os índios tupinambás e o estabelecimento da colônia em uma pequena ilha na Baía de Guanabara; no terceiro momento encontramos as descrições da viagem de volta à França em companhia de Bois-le-Comte, sobrinho de Villegagnon, passando por toda costa americana até o Canadá. Em todos os momentos da viagem, Thevet se ocupa em descrever os locais por onde passa, sua geografia, animais, plantas e os costumes dos povos que encontra pelo caminho. “Esses três momentos”, explica Ana Paula:

“se articulam em torno de uma estrutura diptica na qual as singularidades ou maravilhas encontradas na viagem à França Antártica são inseridas num quadro preexistente de seres e objetos conhecidos através da narrativa bíblica ou de obras de geografia ou filosofia natural de autores pagãos”.

(Souza, 2016).

Ao passar pelo Estreito de Gibraltar, Thevet nota que “o Oceano, muito cheio, teria transbordado e penetrado terra adentro”, tal como escreveu Aristóteles; mais

adiante explica que as duas montanhas que se abrem para o Atlântico, uma de cada lado do estreito, denominam-se “Colunas de Hércules”, pois, ao que se dizia, formavam elas outrora uma montanha contínua, chamada Briaréu, que Hércules teria dividido em duas” (Thevet, 2009). Mais adiante, ao passar pela Ilha do Ferro, nota que “não havendo trigo suficiente para o consumo de seus moradores” muitos recorrem exclusivamente ao leite de cabra e que tal dieta não era de todo modo ruim, visto que “Plínio, no Livro II, capítulo 42, conta que Zoroastro sobreviveu no deserto durante vinte anos, alimentando-se somente de queijo...”. As referências aos antigos seguem abundantes sempre fazendo reduzir o desconhecido ao conhecido (Hartog, 2014).

Em *Singularidades*, porém, a referência aos antigos tem uma dupla função; por um lado ela autoriza a fala de Thevet lhe ofertando um fundamento comum tanto ao autor quanto aos leitores para quem o livro se destina; por outro lado, a fala dos antigos cumpre o papel inverso, o de se auto-desautorizar na medida em que o navio de Thevet avança para espaços que eram desconhecidos até então. Vejamos o seguinte parágrafo:

“Do mesmo modo que o lavrador que rasga a terra e dela retira seu sustento, há pessoas que, não se contentando em contemplar a vasta superfície das águas, preferem sulcar os mares em barcos ou navios, os instrumentos dessa nobre atividade que é a navegação. E como, deste modo, têm-se encontrado e recolhido riquezas inestimáveis (o que não é fora de propósito, de vez que todas as coisas foram feitas para o homem), tornou-se a navegação pouco a pouco tão comum entre os homens, que muitos, passando mesmo além de incertas e perigosas ilhas, alcançaram por fim a boa e fértil terra firme, realizando um feito que, pelo que se deduz dos textos antigos, não foi nunca dantes igualado”.

(Thevet, 2009)

Logo de princípio notamos que Thevet apresenta a navegação como atividade nobre e semelhante a outra bem conhecida pelos europeus, a do lavrador. O mar, portanto, se oferece tal qual a terra; e o navio, assim como faz o arado na mão do campesino, é o instrumento que encontra e recolhe “riquezas inestimáveis”. Como a terra foi feita por Deus para o usufruto do homem, a colheita marítima não é menos nobre que o trabalho em terra. Por fim, notamos que não é o próprio Thevet quem afirma a novidade das navegações ultraoceânicas, mas são os próprios antigos que, “pelo que se deduz”, o afirmam. São eles mesmos quem passam a coroa para as mãos dos navegadores seiscentistas ao denunciarem sua ignorância nos assuntos atlânticos.

De acordo com Souza (2016), o primeiro momento da narrativa de Thevet, a passagem pela África até a linha equinocial, atua como um *lugar de passagens* na medida em que se impõe tanto como um desafio geográfico quanto também um entreposto “psicológico”: “a passagem por este continente representa também a passagem pelas autoridades antigas” - que até então serviam como fonte segura para a interpretação do mundo – “com vistas a sua superação” (Ibid.). O *lugar de passagem* serve, portanto, para delimitar o fim do Velho Mundo, no qual os Antigos ainda mantinham autoridade, e o Novo Mundo, espaço no qual as referências do passado perdiam seu valor imediato, ainda que não deixassem de servir como guia relevante:

“Os antigos acreditavam que esta região ou zona situada entre os trópicos fosse inabitada, devido ao seu excessivo calor. Pensavam o mesmo a respeito das terras vizinhas dos polos, por serem demasiadamente frias. De algum tempo para cá, no entanto, esta zona tem sido frequentada em consequência das navegações, e suas terras vão sendo povoadas, não obstante o calor que ali faz, mas em virtude de sua fertilidade e abundância de diversas coisas boas. ... Nas vizinhanças do Equador encontra-se uma tal abundância de peixes de incontáveis espécies, oferecendo um espetáculo maravilhoso quando aparecem à tona d’água”.

“Penso que se esta e tantas outras ilhas oceânicas desertas que se localizam aquém e além da Linha Equinocial fossem povoadas e cultivadas, os lucros que elas renderiam não seriam menores que os de Tenos, Lemmos, Mitilena, Negroponto, Rodes ou Candia, nem quaisquer outras ilhas do Mar do Helesponto, inclusive as Ciclades”.

(Thevet, 2009)

Não somente os antigos estavam errados quanto a capacidade de habitar as terras situadas entre os trópicos como também desconheciam as variedades de plantas e animais que ali se encontravam. E foi somente com a navegação que o potencial incrustado nesta zona tórrida tornou-se visível a ponto de desafiar a centralidade do próprio mundo helênico.

E a cada passo que avança em direção ao hemisfério sul, Thevet insiste em nos lembrar constantemente que tal movimento implica na superação do conhecimento antigo sobre o mundo:

“O leitor comum, mesmo não sendo bastante versado em cosmografia e outras ciências, sabe que os antigos dividiam o mundo em três partes desiguais, a saber, a Europa, Ásia e África. ... Contudo, nenhum deles tocou nas Índias Ocidentais, que constituem hoje a quarta parte do mundo e foram descobertas pelos viajantes modernos...”.

(Ibid.)

E mais adiante encontramos novamente:

“Sabe-se com certeza que os antigos cosmógrafos jamais tiveram conhecimento deste continente. Por esta razão, dividiam a Terra habitada em apenas três partes, ou seja, Europa, Ásia e África. Mesmo a propósito destas três, eram poucos os conhecimentos que possuíam. Não tenho a menor dúvida de que se os antigos soubessem da existência da América e de sua vastíssima extensão, por certo tê-la-iam considerado como constituindo a quarta parte do mundo, especialmente por ser esta terra muito maior do que qualquer uma das outras três”.

(Ibid.)

Na medida em que move-se em direção ao sul, as ilhas vão se tornando mais inóspitas e as terras mais promissoras e agradáveis; o entusiasmo de Thevet funciona quase que como um convite à colonização. As paisagens desabitadas das ilhas do equinocial fazem salivar o frade francês.

É neste contexto de passagem e superação dos antigos que vemos Thevet traçar as primeiras linhas que dividem o globo e que servirão, mais tarde, para delimitar o direito público europeu das regiões “para além da linha” (Schmitt, 2014; Mattingly, 1963) abertos à conquista e exploração. Duas linhas são de especial relevância aqui. Uma divide a terra em dois hemisférios longitudinais, ocidental e oriental; a segunda divide a terra em dois hemisférios latitudinais, norte e sul. Ao passar pela ilha do ferro, Thevet nos diz que:

“esta ilha se localiza precisamente sob a Linha Diametral, baseado no que me informaram diversas pessoas versadas em assuntos náuticos, tanto as de nacionalidade portuguesa quanto as de nacionalidade espanhola, e de acordo com o que consta em suas cartas náuticas. A linha diametral é a que divide a terra no sentido norte-sul, do mesmo modo como a Equinocial o faz em sentido leste-oeste. Uma define as longitudes, do levante ao poente; outra estabelece as latitudes, de norte para sul”

(Thevet, 2009)

As linhas descritas por Thevet, que dividem o mundo em quatro partes iguais, não são de modo algum uma curiosidade cartográfica. Fora com base nestas medidas que as “linhas de amizade”, estabelecidas tacitamente no tratado de Cateau-Cambresis um ano depois de publicado o livro do franciscano, determinaram o limite de validade do direito europeu e o início de um espaço “sem leis” no qual vale somente o direito do mais forte. Nas décadas seguintes, a expressão “não há paz além da linha” tornou-se uma máxima dos navegantes (Mattingly, 1963). De todo modo, o que está “para além da linha” é o que desperta o maior interesse do

autor, pois dali em diante, liberado do fardo dos antigos, o mundo se abre à conquista e a colonização do mesmo modo como se abre ao conhecimento moderno.

Par Schmitt, neste contexto “foram produzidos os primeiros mapas” e “traçadas as primeiras linhas globais de divisão e partição” (Schmitt, 2014). A tomada de terra aconteceu, por assim dizer, tanto pelo ato material da navegação e da conquista como pelo ato simbólico de mapeamento e circunscrição do globo. O *Mapa Mundi*, nos lembra o autor alemão, não é um assunto “‘puramente’ geográfico”, mas um instrumento político que constituiu o “direito público europeu” lado a lado a uma zona ultramarina na qual “só vale o direito dos mais fortes” (Ibid.). Por meio desta operação cosmográfica de mapeamento:

“o fato de o ‘cristianíssimo rei católico’ da França ter se unido a perigosos hereges, piratas selvagens filibusteiros e bucaneiros contra o rei católico da Espanha e ter pilhado cidades espanholas na América só podia ser explicado porque as incursões desses piratas acorriam ‘do outro lado da linha’”.

(Ibid.).

De fato, o espaço *livre* que havia surgido “além da linha” foi crucial para o desenvolvimento da teoria política de Thomas Hobbes, para quem o estado de natureza não se passava em algum espaço e tempo abstrato e longínquo, mas poderia ser visto e sentido na pele pelos viajantes do Novo Mundo e o homem natural não poderia ser outro senão os indígenas americanos que tanto despertavam a curiosidade e o interesse europeu. “Mas o essencial e decisivo para os séculos seguintes”, que marcou a diferença entre o descobrimento da América de todas as anteriores tomadas de terra, “foi o fato de que o novo mundo emergente não surgiu como um novo inimigo, mas como *espaço livre*, uma área livre para a ocupação e expansão europeia” (Schmitt, 2014).

Será, portanto, no momento de sua chegada à América propriamente dita - esta sim, verdadeiramente, a quarta parte desconhecida do mundo - que Thevet revela a natureza do que via diante de seus olhos:

“Além dos cristãos que aí se estabeleceram depois da chegada de Américo Vespúcio, esta região era e ainda é habitada por estranhíssimos povos selvagens, sem fé, lei, religião e nem civilização alguma, vivendo antes como animais irracionais, assim como os fez a natureza, alimentando-se de raízes, andando sempre nus tanto os homens quanto as mulheres, à espera do dia em que o contato

com os cristãos lhes extirpe esta brutalidade, para que eles passem a vestir-se, adotando um procedimento mais civilizado e humano. É por isso que devemos louvar afetuosamente ao criador por ter permitido que possuíssemos uma ideia mais clara das coisas, não deixando que fôssemos assim brutais como estes pobres americanos.

Quanto aos terrenos que se encontram por toda a América, são fertilíssimos, repletos de árvores que dão excelentes frutos, sem exigirem cultivo ou cuidados. Não há dúvida de que se estes terrenos fossem cultivados produziriam maravilhosamente, tendo em vista sua situação, suas belíssimas montanhas e vastas planícies, seus rios piscosos e a grande fertilidade das terras, tanto insulares quanto continentais”.

(Thevet, 2009)

Ao lado da grande fertilidade da terra, das belíssimas montanhas e vastas planícies habita um povo sem fé e sem lei, assim como animais irracionais que apenas esperam passivamente o dia em que o contado com os europeus lhes retire da ignorância e lhes mostre o verdadeiro caminho. Para Thevet, na “quarta parte do mundo” encontrava-se um grande vazio civilizacional esperando para ser cultivado pela cristandade tal como os terrenos “fertilíssimos” que, se cultivados, “produziriam maravilhosamente bem”. Os selvagens que ali habitavam como bestas irracionais totalmente desconhecidos dos antigos – e, portanto, também livres do paganismo que cegava os helenos - constituem uma tabula rasa, um hiato que apenas espera suspenso da história para ser preenchido pela civilização.

A cosmografia de *Singularidades da França Antártica* nos revela um mundo aberto à ocupação benigna, para o “bem comum” e para a ilustração da alma. O continente posto nesta quarta parte do mundo por Deus e mantido em segredo até as navegações estivera lá todo este tempo para que fosse apropriado e cultivado por aqueles seres ilustres que se lançavam às ondas em busca de virtude e ilustração. Nem mesmo os conflitos intra-europeus podem ser vistos em *Singularidades*. Se, por um lado, a estrutura díptica serve aqui para fazer conhecido o desconhecido, por outro lado cumpre também o papel de demarcar um espaço no mundo no qual a história da Europa cristã poderia reconstruir à sua própria imagem.

A cosmografia de Thevet, fixada em demarcar linhas, constrói um mundo ocupável, um vácuo político e cultural que apenas espera para ser preenchido pelas instituições europeias. Na cosmografia de Thevet, o mundo se apresenta aos olhos do descobridor como paisagem passiva e nem mesmo as contendas políticas

e religiosas intra-europeias tem lugar em sua narrativa. As navegações, portanto, revelam espaços heterônomos não redutíveis à experiência europeia – singularidades, portanto – que somente podem existir além das linhas que dividem o globo em suas quatro partes. A exploração destes novos mares e terras não deve ser vista como uma oportunidade de negócios e lucros, mas sim como uma obrigação àqueles que desejam iluminar seus espíritos em busca do conhecimento e salvação.

### 3.3.

#### **Léry: o nascimento do bom selvagem**

Pouco menos de um ano após fundar o Forte de Coligny, Villegagnon decidiu enviar de volta à França seu sobrinho, Bois-Le-Comte, incumbido de requisitar apoio adicional à sua já combatida empreitada americana. Há discordâncias quanto ao teor deste pedido de ajuda. Léry sustenta que o cavaleiro de Malta, em sua estadia americana, havia se convertido a fé reformada e por meio de carta ao próprio Calvino pedira que lhe fossem enviados ministros e colonos protestantes para lhe fazerem companhia em sua ilha, mas a conversão de Villegagnon é bastante improvável. Existe de fato uma carta endereçada a Calvino na qual Villegagnon descreve a situação precária em que se encontrava, mas nada encontramos nesta carta sobre sua suposta conversão ou requerimento de colonos. Sabemos, contudo, que Villegagnon realmente pedira reforços para encorpar sua França Antártica, mas esse pedido foi não a Calvino, mas a Gaspar de Coligny, um dos principais mentores da expedição e apoiadores de Villegagnon junto à coroa francesa. Na ocasião desta carta, Coligny, já convertido ao protestantismo, demonstrou forte interesse em enviar à América colonos e ministros reformados. “Esta foi a origem da colônia Calvinista, agregada ao grupo inicial de imigrantes levados por Villegagnon e com a qual entraria quase que imediatamente em conflito (Neto, 2009)”.

Jean de Léry tinha apenas vinte e um anos quando desembarcou nestas bandas. Estudante de teologia, Léry vinha como um componente de um grupo de franceses huguenotes, refugiados em Genebra, e liderados pelos experientes calvinistas Pierre Richier e Guillaume Chartier. Não demorou muito para que os

ministros de Genebra se desentendessem com Villegagnon acerca de formalidades da eucaristia e fossem expulsos do forte Coligny para viver junto aos tupinambás que se estabeleciam pela região. Foi durante sua estadia com os tupinambás que Léry observou e absorveu tudo o que haveria de publicar, vinte anos após seu retorno à França, em sua *História de uma Viagem feita à Terra do Brasil, também Chamada América*.

Léry não tinha intenção de publicar seu relato escrito, segundo ele, “com tinta do Brasil”, mas acabou convencido a tornar pública sua história por conta da edição, em 1577, da *Cosmografia*, de Thevet, que complementava e expandia a narrativa encontrada em *Singularidades*. Para Léry, Thevet “não somente repetia [...] suas mentiras e ampliava seus primeiros erros [...] mas ainda se valia da oportunidade para detrair e caluniar com digressões falsas e injuriosas os ministros” que como Léry, viveram junto com Villegagnon na França Antártica.

Léry tem razão no que diz. É bem verdade que tanto *Singularidades* quanto a *Cosmografia* estão repletas de informações fantasiosas, para não dizer simplesmente falsas, sobre os costumes dos tupinambás, a geografia do Brasil e muitas outras observações de “singularidades” e maravilhas que recheiam ambos os livros; mas o que realmente o motivou a escrever seu relato-resposta foi o agravamento das lutas internas à França. De 1562 a 1589, católicos protestantes se puseram em armas uns contra os outros em oito episódios sangrentos entrecortados por breves períodos de paz. Neste contexto, os ministros calvinistas que retornaram do Brasil puseram-se a espalhar todo tipo de acusação contra Villegagnon – a mais notável contida no livro de Jean de Crespin *História dos mártires perseguidos e mortos pela verdade do Evangelho*, no qual Villegagnon aparece como um monstruoso Caim das Américas. Por outro lado, as obras católicas endurecem igualmente o discurso contra os calvinistas. A *Cosmografia*, ao contrário de *Singularidades*, adota um tom mais agressivo e acusa abertamente os ministros genebrinos de sabotar a França Antártica e semear a discórdia entre seus habitantes, o que também não estava tão distante da verdade quanto Léry parecia disposto a aceitar.

A experiência da guerra civil-religiosa que rasgou a França durante trinta e seis anos marcou profundamente Jean de Léry. Em 1572, no ano da Noite de São

Bartolomeu, Léry vivenciou novamente a fome extrema que sentira em sua viagem de navio de volta ao Brasil e presenciou a antropofagia em solo europeu durante o cerco à Sancerre, coisa que narrou em livro<sup>5</sup> publicado pouco depois. Tais fatos fizeram com que o pastor lembrasse seus tempos entre os tupinambás e determinou o tom geral de sua posterior narrativa de viagem ao Brasil. No cerco “o retorno do canibal se manifesta sob as aparências de uma família de Sancerre que devorara um de seus filhos” (Lestringant, 1997):

“Tendo visto o osso, a testa da cabeça desta pobre menina, a carniça roída, as orelhas devoradas, tendo assim visto a língua cozida, tão espessa quanto um dedo, que eles estavam prestes a comer quando foram surpreendidos: as duas coxas, pernas e pés num caldeirão com vinagre, condimentos e sal, prestes a cozinhar e ser postos no fogo: os dois ombros, braços e mãos postas, com o peito fendido e aberto, aparelhados também para comer, fiquei tão aterrorizado e perdido que minhas entranhas todas se comoveram”.

(Lestringant, 1997<sup>6</sup>).

Estas páginas foram escritas por Léry no mesmo mês em que as presenciou. “Tudo convida a ver nessa pressa” diz Lestringant, “o efeito de um traumatismo profundo” (1997).

*História de uma Viagem* é um livro marcado pelas circunstâncias políticas internas à Europa e especialmente à França. O Jean de Léry que escreveu e publicou a *História de uma Viagem* não era mais o mesmo que viajara ainda bem jovem ao Brasil e vivera entre os tupinambás. Sua principal preocupação com sua obra não era a de descrever as maravilhas que experimentou em terras tão distantes e diferentes, mas defender-se dos ataques e das perseguições católicas que sofria em seu próprio continente.

Para se contrapor a esta ameaça interna à Europa e diante da barbárie que presenciara na França, Léry constrói, em seu relato, um mundo de liberdade para além do Velho Mundo. Em um jogo de espelhamentos e inversões, a selvageria de seus compatriotas será contrastada com a natural predisposição à bondade e à virtude dos nativos americanos. Se para Thevet a quarta parte do mundo é uma oportunidade para a expansão das instituições vigentes europeias, para Léry a jornada ao novo mundo representa a fuga e a liberdade destas mesmas instituições

<sup>5</sup> *História Memorável da Cidade de Sancerre*, citado em Lestringant, 1997.

que o solapava. Aos olhos de Léry, a Europa não se apresenta como o bastião da civilização, mas como o modelo decaído dela; e as Américas o espaço no qual é possível a reconstrução do homem segundo as leis divinas interpretadas pela igreja reformada.

### 3.3.1.

#### Passagens

É frequente vermos nos relatos de navegações seiscentistas uma estrutura tripartite: há o momento da partida no qual o viajante pouco a pouco deixa para trás os espaços conhecidos e seguros para aventurar-se em algo ainda não conhecido e arriscado; o momento das descobertas maravilhosas, quando o personagem se depara estupefato com a diferença intraduzível, com aquilo que foge à apreensão e, portanto, só pode ser descrito como uma “singularidade”; e o momento de retorno engrandecido e vitorioso à segurança do lar. É assim que procede Thevet em sua *Singularidades*, bem como Drake, em *World Encompassed*, como veremos no capítulo seguinte. Em Léry, porém, é no momento da partida que podemos observar com clareza o que está sendo deixado para trás pelo autor quando este decide partir em viagem e em direção ao que está rumando.

Se a visão cosmográfica de Thevet nos apresenta um mundo aberto ao conhecimento, passivo, impessoal e despolitizado, em Léry vemos justamente o inverso. Suas experiências são sentidas e transmitidas na pele para o leitor, contadas a partir do ponto de vista de um indivíduo pequeno e frágil perante os elementos. Trata-se de uma visão individualizada e engajada criticamente com a realidade que o cerca. Mesmo no prefácio do livro já ficamos sabendo das intrigas religiosas que o estimulam a escrever o relato; o autor não perde tempo e introduz o leitor diretamente em um universo contencioso. A jornada na qual se metia em nada lembra uma gloriosa busca de iluminação do espírito, mas sim uma expedição militar com tantas pompas, “salvas, trombetas, tambores e pífanos” quanto seus canhões poderiam sustentar. E não demora muito para que a violência implícita nas navegações seiscentistas fique à mostra:

“No domingo seguinte, encontramos dois navios mercantes ingleses que regressavam da Espanha; nossos marinheiros os abordaram e, como houvesse o que pilhar, por pouco não os saquearam”. Pouco depois, “encontramos um navio irlandês, do qual os nossos marinheiros, a pretexto de escassez de víveres, tomaram seis ou sete barricas de vinho de Espanha, figos, laranjas e outras coisas que constituíam a sua carga”. Ao passar pelas ilhas Afortunadas, “pusemos então barcos ao mar com vinte soldados e marinheiros, armados com falconetes e mosquetes a fim de fazer presas nessas ilhas”, coisa que realizaram com êxito e requintes de crueldade. E não muito adiante “surgiu-nos uma caravela portuguesa, cujos tripulantes, constatando que não podiam fugir nem resistir, vieram entregar-se ao nosso vice-almirante”. E por fim, “para que não se torne entediante ao leitor o relato de todas as presas que fizemos, direi apenas que no dia seguinte, e mais tarde, a 29 do mesmo mês, encontramos mais duas naus que nenhuma resistência nos ofereceram” (Léry, 2009).

Léry não aprova a atitude dos marinheiros de sua expedição, mas é capaz de compreender perfeitamente as razões que os levam a agir como predadores de alto mar. Com os navios “bem artilhados e municidados”, os navegantes se tornam “arrogantes e ousados” ao se depararem com presas “incapazes de se defender”. Tanto na terra quanto no mar, “quem tem armas”, diz Léry, “é mais forte, domina e dita leis aos mais fracos”:

“Na verdade, ao fazer com que os navios mercantes arriem velas, os marinheiros alegam que lhe cabe esse direito de serem supridos de víveres mediante pagamento, por se acharem deles necessitados em vista de estarem há muito tempo sem aportar. Mas, mesmo sem essas intenções, quando conseguem pôr o pé a bordo dos navios, não é para impedir que afundem que os descarregam de tudo o que lhes parece bom e proveitoso. E se por ventura alguém os adverte, como nós o fizemos, por saquearem indiferentemente amigos e inimigos, respondem com o refrão comum aos nossos soldados: isso faz parte da guerra e do costume e só anda bem quem assim o pratica”

(Ibid.).

As palavras de Léry prenunciam e ecoam os textos de grandes juristas da época. De fato, a escassez de víveres à bordo de uma embarcação, algo bastante frequente, poderia ser considerada causa suficiente para guerra, “pois sendo o objetivo da guerra assegurar a conservação da vida e do corpo, conservar ou adquirir as coisas úteis à existência, este objetivo está em perfeita harmonia com os princípios primeiros da natureza” (Grotius, 2005). E na ausência de tribunais

competentes pra julgar as coisas dos homens, cabe somente a cada um e a sua própria força fazer valer o que a natureza os ofereceu<sup>7</sup>. Não é difícil de perceber, como Léry rapidamente percebe, que direito natural ao comércio desliza facilmente para se tornar uma justificativa ao saque e à pilhagem.

Mas para além das disputas jurídicas que movimentavam os tribunais da época, Léry vislumbra nitidamente as razões primordiais que sopravam nas velas dos navegadores:

“os espanhóis e principalmente os portugueses, arvorando-se em primeiros descobridores da terra do Brasil [...] sustentam ser donos desse país, considerando usurpadores os franceses que o abordam. Por isso, encontrando-os no mar em condições vantajosas, fazem-lhes guerra e chegam mesmo a esfolá-los vivos ou a impor-lhes outros tipos de morte cruel. Os franceses, sustentando o contrário, afirmam que lhes cabe parte destes países recém-conhecidos; não os cedem de bom grado aos espanhóis e muito menos aos portugueses, antes se defendem valentemente e não raro lhes devolvem as crueldades”.

(Léry, 2009)

A navegação não se apresenta como uma atividade nobre e engrandecedora de busca por conhecimento e iluminação. Antes, seu universo é o da violência e da guerra motivada pela ganância e pelo desejo de posse destas novas terras recém-conhecidas. Aos olhos de Léry, as linhas da cartografia global, antes de serem descortinadas no mapa, são traçadas no fio da espada. O mar é nada mais do que o palco desta barbárie; é a projeção para fora das mesmas práticas e costumes belicosos tão comuns aos europeus em seu continente, com o agravante de ser efetivado em um espaço no qual os tribunais tinham pouca serventia, e as artilharias, muitas.

Tanto para Thevet quanto para Léry, as viagens transatlânticas eram eivadas de perigos mortais e desafios que se impunham a qualquer um que desejasse deixar a segurança do lar. Mas esses perigos são de ordens diferentes: enquanto para Thevet é a força impetuosa dos elementos e as monstruosidades misteriosas que se interpõe entre o aventureiro e seu destino; para Léry o perigo do mar se manifesta na forma de violência política/religiosa entre as partes envolvidas nos conflitos

---

<sup>7</sup> “é fora de dúvida que a liberdade que existia antes da instituição dos tribunais era muito restrita. Há, contudo, circunstâncias em que esta liberdade existe agora ainda [...] se nos encontrarmos em lugares em que não há mestres, Em pleno mar, num deserto, em ilhas desabitadas e em qualquer outro lugar, onde não houver cidade” (Grotius, 2005).

intra-europeus. E se para Thevet os perigos foram ali colocados para testar o valor dos homens e engrandecer-lhes os feitos notáveis, para Léry as dificuldades encontradas nos oceanos atuam como uma barreira contra os costumes abastados de uma elite continental que, aos olhos dos calvinistas, representava a queda, o desmoronamento dos ensinamentos bíblicos originais:

“Que direis vós, requintados senhores, vós que, quando o calor vos molesta, trocáis de camisa, vos penteais e repousais em sala fresca, numa boa cadeira ou num leito macio e não sabeis tomar refeição sem louça bem limpa, copos transparentes, guardanapos alvos como neve, bom pão e carne delicada, bem preparada e servida, e vinho ou qualquer outra bebida translúcida que nem esmeralda? Quereríeis embarcar assim para viver desta maneira?”.

(Léry, 2009).

Certamente, para aqueles que desprezavam o modo de vida ostensivo e perdulário das elites europeias, o Novo Mundo se mostrava como um lugar naturalmente avesso a essas práticas delicadas. A rudeza do mundo para além das linhas, as incertezas e as vicissitudes que acompanhavam o viajante permitiram Léry pontuar a opulência de seus conterrâneos ao mesmo tempo em que os advertia: estas terras não são para vós, “senhores gulosos” temerosos do mar, enrolados em “babadouros de mais de meio pé de largura” tingidos com o rubro do pau-brasil. Nestas terras anda bem quem aceita a simplicidade dos nativos, como eles mesmos assim o atestam.

Certa vez, um velho índio perguntou a Léry: “Por que vindes vós outros buscar lenha de tão longe para vos aquecer? Não tendes madeira em vossa terra?”. Léry respondeu ao velho que tinham muita madeira, mas não daquela qualidade que usam para fazer tintura. Ao que o velho retrucou: “É porventura precisam de tanta?”. Sim, respondeu Léry, “pois no nosso país existem negociantes que possuem mais panos, facas, tesouras, espelhos e outras mercadorias do que podeis imaginar”. “Tu me contas maravilhas”, respondeu o velho, “mas esse homem tão rico de que falas não morre?”. “Sim”, respondeu Léry, “Morre como os outros” (Léry, 174):

“Vê-se que nesta nação que reputamos bárbara, além de desprezar aqueles que com perigo de vida atravessam os mares em busca de pau-brasil para enriquecer-se [...] levantar-se-á em julgamento contra esses rapinadores que se dizem cristãos e de que está tão cheia a terra quanto está livre a deles no que se refere a seus habitantes nativos. Os Tupinambás, como já disse, odeiam mortalmente os aventos, e quisera Deus que estes fossem todos lançados entre os selvagens para serem

atormentados como por demônios, já que só cuidam de sugar o sangue e a medula alheia”.

(Léry, 2009)

Léry lançara-se ao mar para criar, nas novas terras, um “refúgio para os fiéis perseguidos em França, na Espanha ou em qualquer outro país de além-mar, a fim de que, sem temer o rei nem o imperador nem quaisquer potentados, possam servir a Deus com pureza conforme a sua vontade” (Léry, 2009). Com este fim em mente, encontrou convenientemente nos índios os aliados contra a avareza e os maus costumes que infestavam o Velho Mundo. Para trás, Léry deixava tudo aquilo que considerava repugnante aos olhos de sua fé reformada. A sua frente, construía um mundo adequado às suas necessidades e desejos. De um lado a outro do Atlântico, o perigo do mar e da navegação compunha tanto um quadro a ser abandonado quanto uma barreira àqueles que desejassem reproduzir neste lado do mundo os mesmos hábitos que cultivavam no outro.

### 3.3.2.

#### O jogo das traduções

“[*História de uma Viagem Feita à Terra do Brasil*] organiza-se segundo uma verdadeira ‘economia da tradução’, ou seja, estabelece ele pouco a pouco que, entre ‘aquém’ e ‘além’, não são tanto as coisas que diferem, mas sua aparência, pois, no conjunto, a natureza humana é a mesma e só a língua é outra. Mas a língua é traduzível e, portanto, a diferença é suscetível de ser apreendida. Entre o Antigo e o Novo mundo, a tradução é o que mantém e reduz a distância oceânica”.

(Hartog, 2014)

“Dizer o *outro* é anunciá-lo como diferente” (Ibid.). É denunciar a distância que existe entre dois termos, *a* e *b*. Mas para que essa enunciação tenha significado, é preciso que *a* e *b* sejam conectados em um mesmo sistema. É preciso reduzir a diferença de *b* à semelhança de *a*. “Este é o problema do narrador. Ele confronta-se com um problema de tradução” (Ibid.). Uma narrativa de viagem tem a sua frente sempre este desafio, fazer com que a diferença se torne semelhança, reduzir o desconhecido ao conhecido. No caso da narrativa de Léry, isso significa que a diferença que separa os europeus civilizados dos indígenas selvagens, a principio intransponível, pouco a pouco será transposta por atos de tradução até o ponto em que não restará diferença entre as partes a não ser aquela estabelecida pelo conhecimento ou o não conhecimento do evangelho. Neste processo, a alteridade

ameríndia deslizará da selvageria bárbara e cruel para a civilidade natural e honesta. Os costumes indígenas, contrapostos agora aos maus hábitos europeus, se nos apresentará como modelo de virtude digno de confiança; do selvagem ao bom selvagem.

O primeiro contato de Léry com os nativos americanos fora, sem dúvida, um choque para o autor. Seja por coincidência ou não, a primeira tribo avistada pela expedição fora a dos Maracajás, aliados dos portugueses e, portanto, inimigas dos franceses. Léry, por desconfiança, não desembarcou, assim como a maior parte dos tripulantes, que preferiram ficar na segurança do convés admirando as “florestas, árvores e ervas desse país”. Mas a despeito do medo de ser “trucidado e devorado” por esses nativos, o encontro se revelou tranquilo e pacífico. Alguns índios foram trazidos à bordo juntamente com alguns mantimentos, uma “farinha feita de certa raiz” e carnes que foram deglutidas com alguma reserva, pois lhes pareciam a princípio “estranhas” e os franceses já conheciam os hábitos alimentares antropofágicos dos americanos.

Contudo, na narrativa de Léry, não seremos apresentados aos nativos logo de princípio. Os capítulos iniciais se dedicam - antes de relatar sobre a fauna, a flora e a população local - a criticar e atacar ferozmente Villegagnon e seu empreendimento no Forte de Coligny. É somente após ter destilado suas desavenças com o cavaleiro de Malta que a narrativa de Léry dedica atenção aos nativos e seus costumes. Em *História de uma Viagem* ficamos sabendo sobre o primeiro contado de Léry com os índios apenas no décimo oitavo capítulo, já bem ao fim da obra. Vejamos como Léry descreve este primeiro contato:

“Visitei esses selvagens pela primeira vez três semanas depois de nossa chegada à ilha de Villegagnon [...] quando ali entrei vi-me logo rodeado por numerosos selvagens que me perguntavam: *Marapé-derere, marapé-derere*, isto é, ‘Como te chamas? Como te Chamas?’ Mas eu entendia isso como grego e fiquei na mesma. Um deles tomou meu chapéu e o pôs na cabeça; outro pegou minha espada e o cinto e os cingiu no corpo nu, outro tirou-me o casaco e o vesti; e todos me aturdiavam com seus gritos enquanto corriam pela aldeia com meus trajes, que eu já pensava ter perdido, e no meio dessa confusão eu já nem sabia onde me encontrava.

(Léry, 2009)

Ao visitar a aldeia tupinambá, Léry se vê rodeados por índios que não falam sua língua e não cessam de lhe perguntar coisas que não podia compreender. Os

tupinambás, seguindo seu costume ao encontrar gente nova, tomam as vestimentas e apetrechos do jovem pastor, correndo e gritando pela aldeia. Atordoado, Léry não consegue compreender aquela confusão. Seriam os índios ladrões inveterados, como sugere a narrativa de Thevet<sup>8</sup>? Seria aquela algazarra um sinal de desrespeito ao pobre viajante? Não: tudo não passara de um engano, um mal entendido, uma falha de tradução: “Minha perplexidade provinha”, diz Léry, “de ignorar que assim fazem com todos os estrangeiros [...] Mas depois de se divertirem bastante com os objetos alheios, eles os restituem a seus donos” (Ibid.).

No mesmo dia deste episódio, Léry seguiu em companhia de um intérprete para uma segunda aldeia tupinambá na qual planejavam pernoitar. “Ao chegarmos”, conta o pastor, “pouco antes do pôr do sol, encontramos os selvagens dançando e bebendo o *Caouin* de um prisioneiro morto seis horas antes, cujos pedaços vimos no *Boucan*”. Este foi, provavelmente, o primeiro encontro de Léry com a cerimônia de antropofagia, coisa que certamente lhe virou o estômago. Apesar do espanto, Léry se acomodou em uma rede para descansar da longa viagem. Porém, o barulho do festim que ocorria do lado de fora o impediu de dormir:

“Eis que de repente um dos convivas traz-me na mão um pé assado e moqueado da vítima e se aproxima de mim, perguntando se desejava comer, o que vim saber depois, pois naquela ocasião não o entendera. Isso causou-me tal pavor que parece desnecessário dizer que perdi toda a vontade de dormir. Pensei, na verdade, que a apresentação da carne humana pelo selvagem significava uma ameaça e que pretendia com isso dar-me a entender que muito em breve seria eu também preparado para o festim”.

(Léry, 2009)

Compreensivelmente, Léry passou o resto na noite em completo desespero, já que não havia modo de escapar despercebido, estando o pastor “cercado por todos os lados por indivíduos cujas intenções eu ignorava”. Mas Léry não foi devorado:

“Ao amanhecer, o intérprete, que passara a noite na pândega com os selvagens, veio ter comigo e vendo-me, como me disse, tão pálido e desfigurado e mesmo febril, perguntou-me se me achava indisposto e se não descansara bem; respondi, encolerizado, que não pregara o olho e que ele era um homem mau, pois me deixara no meio de gente que eu não entendia; e, ainda muito assustado, pedi-lhe para sairmos dali sem demora. Disse-me, então, o intérprete que não tivesse medo, pois os selvagens nada tinham contra nós, e contou-lhes o que me passara pela cabeça. E os índios que, satisfeitos com a minha vinda e querendo agradar-me, não haviam arredado pé, declararam que não tinham percebido o meu medo, mas

<sup>8</sup> Thevet considera os índios ladrões justamente por não ser capaz de traduzir seus costumes.

lastimavam o que me acontecera. E, como são zombeteiros, desataram a rir de minhas aflições”.

(Ibid.)

O completo pavor e raiva que Léry sentira fora genuíno: ele não sabia o que estava acontecendo, não era capaz de compreender a língua nem os costumes dos índios canibais que lhe cercavam, e nem os índios foram capazes de comunicar suas intenções a Léry. Mas passado o susto e sanados os riscos de comunicação, os índios, “zombeteiros”, puseram-se a rir da situação. O pavor de Léry, ao fim, se mostrou injustificado, bastaria apenas que soubesse traduzir a língua dos selvagens para compreender que não havia perigo algum na cerimônia, que a oferta tentadora de um pé humano assado e moqueado fazia parte do costume receptivo dos selvagens, que procuram tratar bem de seus visitantes, como o próprio Léry testemunhou em ocasiões posteriores. Superada a clivagem comunicativa, o perigo desaparece; o resta é apenas o sinal de boas-vindas.

Mas essa breve experiência entre os selvagens fora apenas o início de sua aventura. Do pavor e da perplexidade inicial se desenvolverá na narrativa um ato de tradução, que nos levará da completa alteridade bárbara à igualdade universal do ser humano. O capítulo oitavo, dedicado a descrever a “índole, força, estatura, nudez, disposição e ornatos de corpo dos homens e mulheres selvagens brasileiros” nos descreve os índios como em um jogo de fantasias e trocas de roupas; estando apenas um corpo nu diante dos leitores – que não será diferente de um corpo nu europeu – pode-se obter um selvagem brasileiro apenas pelas disposições dos ornamentos e das interferências externas em suas bocas, narizes e cabelos. Pois, “não são maiores nem mais gordos nem menores de estatura do que os europeus; nem têm corpos monstruosos ou estranhos a nosso ver. [...] apesar da região em que vivem, não são negros; apenas morenos como os espanhóis ou os provençais”. Desta feita, para que se figure um índio:

“basta imaginardes um homem nu, bem conformado e proporcionado de membros, inteiramente depilado, de cabelos tosados como já expliquei [...] Colocai-lhe na mão seu arco e suas flechas e o vereis retratado bem garboso ao vosso lado”.

“Para uma segunda contemplação de um selvagem, tirai-lhe todos esses adornos, untai-o com resina e cobre-lhe todo corpo, braços e pernas, com pequenas plumas picadas, como se fora uma crina pintada de vermelho, e vereis como fica bonito assim, todo coberto de penugem”.

“Em terceiro lugar, seja em sua cor natural, seja pintado e ornado de plumas, veste-o de seus trajes, bonés e braceletes tão industriosamente feitos com essas plumas lindas e, ingênuas de cores diferentes e, assim endomingado, podereis dizer se não parece um verdadeiro pontífice” .

“Finalmente, sob um novo aspecto ainda, podemos dizer que, deixando-o seminu, calçado e vestido com as nossas lãs de cores, com uma das mangas verdes e outra amarela, apenas lhe falta o cetro de palhaço”

(Ibid.)

Eis o modo como Léry nos faz ver os selvagens americanos; um joguete de tira e põe; uma brincadeira de carnaval. Por detrás da diferença reside apenas um corpo humano que, vestido como bem desejar, será um selvagem garboso, um pontífice ou um palhaço. Fica claro aqui que sua descrição dos índios não apenas nos faz ver um selvagem americano, como também desloca a centralidade do homem europeu do corpo à vestimenta, pois é somente isto que os difere, os ornamentos.

Mas se Léry lança mão de um jogo de traduções, não o faz para engrandecer os selvagens brasileiros, mas sim para denegrir os europeus, em especial aqueles que o autor julga indignos do status civilizacional do qual gozam, os católicos. Para trazer à tona a selvageria de seus conterrâneos, Léry introduz, capítulo por capítulo, um costume indígena que se apresenta como bárbaro e incompreensível apenas para ao fim de cada exposição traduzi-lo, reduzindo à barbárie indígena à familiaridade dos vícios da civilização europeia.

Ao fim do capítulo oito, como vimos acima, dedicado à descrição dos corpos e ornamentos selvagens, Léry responde àqueles “que dizem que a convivência com esses selvagens nus, principalmente as mulheres, instiga a lascívia e à luxúria”. Para o autor, “a nudez brutas das mulheres é muito menos atraente do que comumente se imagina”, pois são os enfeites que usam as mulheres do Velho Mundo causas de “males sem comparação maiores do que a nudez habitual das índias”. Mas para que não fiquem dúvidas, o pastor não aprova a nudez que vai contra as leis divinas. O que diz “é somente para mostrar que não merecemos louvor por condená-los severamente, só porque sem pudor andam nus, pois os excedemos no vício contrário, no da superfluidade do vestuário” (Ibid.).

O capítulo nove, dedicado aos hábitos alimentares, nos apresenta ao *Caouin*, bebida fermentada macerada com saliva na boca das índias e muito apreciada pelos nativos. A bebida, a princípio, causou repulsa por conta do método ruminante de fabricação, mas pouco a pouco “nos habituamos a beber o *Caou-in* como ele era”:

“Às pessoas que, diante do que disse acima acerca da mastigação das raízes e do milho no preparo da bebida chamada *Caou-in*, enjoem e cusparam, lembro do modo pela qual entre nós se fabrica o vinho. Pois, se tivermos em vista que, nos lugares onde crescem os bons vinhedos, os vinhateiros, no tempo da vindima, metem-se dentro das tinas e das cubas e com os lindos pés, às vezes calçados de sapatões, amassam as uvas e ainda emporcalham na lagariça, veremos que nesse mister passam-se muitas coisas talvez menos agradáveis do que a mastigação das mulheres americanas”.

(Ibid.)

De capítulo em capítulo, Léry segue apresentado e traduzindo os costumes selvagens fazendo com que sua dessemelhança se reduza. E não será raro vermos momentos em que a barbárie exposta dos selvagens, uma vez traduzida e posta lado a lado aos costumes europeus se apresentará não tão distante ou mesmo tão bárbara quanto o que se pratica na França. O ponto mais dramático deste jogo de traduções é, sem dúvida, a descrição do canibalismo cerimonial dos tupinambás.

Devemos nos lembrar, destarte, que a antropofagia dos Tupinambás se opunha, tanto na narrativa de Léry quanto na de Thevet, ao canibalismo praticados pelos “diabólicos” *Ouetacas*, “invencíveis nesta região, comedores de carne crua, à maneira dos cães e lobos, e donos de uma linguagem que seus vizinhos não entendem, devem estar entre os mais cruéis e temíveis que se encontram em toda Índia Ocidental e terra do Brasil” (Ibid.). Frente à carne crua dos *Ouetacas*, o *Boucan* moqueado dos Tupinambás aparece como a versão civilizada da antropofagia, pois o “cozimento afasta o espectro bárbaro, ele repele para o interior do campo definido pela prática canibal a separação entre natureza e cultura, entre razão humana e raiva de animal irracional” (Lestringant, 1997).

Amainado em face da brutalidade *Ouetaca*, a prática antropofágica dos Tupinambás será ainda avaliada sob a luz do ritual da eucaristia, no qual, segundo os católicos, o pão e o vinho se transubstanciam literalmente no corpo e no sangue de Cristo para então serem absorvidos pelos fieis “come-Deus”. Enquanto ainda

habitava no Forte de Coligny, Léry comenta sobre a eucaristia celebrada, à época, pelo próprio cavaleiro de Malta: “Villegagnon e Cointa assim falavam; ‘este é meu corpo, este é meu sangue’ e tais palavras só podiam significar que ali se encontravam o corpo e o sangue de Jesus Cristo [...] Queriam assim, embora sem saber como fazê-lo, comer a carne de Jesus Cristo, não só espiritualmente, mas ainda materialmente, à maneira dos selvagens *Ouetacas*” (Léry, 2009). Na retórica da alteridade lerydiana, vemos a antropofagia tupinambá deslizar de um lado da dualidade bárbaro/selvagem para o outro. Os cristãos, à maneira dos *Ouetecas* comem a carne crua de seu deus, e, deste modo, aproximam-se de sua barbárie. Os tupinambás, por sua vez, “não comem a carne por simples gulodice, pois embora confessem ser a carne humana saborosíssima, seu principal objetivo é causar temor aos vivos. Move-os a vingança, exceto no que diz respeito às velhas<sup>9</sup>...” (Ibid.)

Para Léry, o ritual da eucaristia deve ser tomado no sentido figurado. Ao comer o pão e beber o vinho, não é, de modo algum, a carne e o sangue de Cristo que se ingere. Para Lestringant (1997):

“Léry faz uma aplicação universal dessa interpretação metonímica, que lhe vem do dogma calvinista da Eucaristia. Nas aldeias indígenas do Brasil, quando do sacrifício de prisioneiros, da mesma maneira que nos templo da nova religião reformada, quando fiéis estão reunidos à volta da santa mesa e que o pão e vinho passam de mão em mão, o sangue não é mais sangue, mas um signo; a carne não é mais carne, mas uma metonímia da carne. A partir deste momento, a antropofagia dos tupinambás torna-se, se não aceitável, no mínimo compreensível”.

Despida de sua materialidade desconcertante, a interpretação metonímica da antropofagia abre as portas para que Léry a encontre em toda parte. Pois não “excedem em crueldade aos selvagens os nossos usurários, que, sugando o sangue e o tutano, comem vivos viúvas, órfãos e outras criaturas miseráveis”? O que achar destes que “esfolam a pele, comem a carne e quebram os ossos do povo de

<sup>9</sup> O episódio antropofágico de Sancerre dá as caras novamente aqui. Léry, movido pela demonologia e a caça as bruxas, parece encontrá-las até mesmo do outro lado do oceano. Tal como a velha da cidade francesa estimulou o festim sabático sobre o corpo da pobre menina comida pelos pais, as velhas indígenas são retratadas quase como súcubos diabólicos que estimulam os homens ao pecado: “Todas as partes do corpo, inclusive as tripas depois de bem lavadas, são colocadas no *boucan*, em torno do qual as velhas, que, como disse, apreciam espantosamente a carne humana, se reúnem para recolher a gordura que escorre pelas varas dessas grandes e altas grelhas de madeira; e, exortando os homens a agirem de modo a que elas tenham sempre tais petiscos, lambem os dedos e dizem: *Yguatou*, o que quer dizer ‘está bom’” (Léry, 196).

Deus, como se os fizessem assim ferver numa caldeira<sup>10</sup>”? Mas para além do sentido figurado, Léry encontrará em sua própria França razões suficientes para não censurar as práticas do tupinambás:

“E que vimos em França durante a sangrenta tragédia iniciada a 24 de agosto de 1572? Sou Frances e entristece-me dizê-lo. Entre outros atos de horrenda recordação, não foi a gordura das vítimas trucidados em Lyon, muito mais barbaramente do que pelos selvagens, depois que elas foram tiradas do rio Saône, publicamente vendida em leilão e concedida ao maior lançador? O fígado e o coração e outras partes do corpo de alguns indivíduos não foram comidos por furibundos assassinos de que se horrorizam mesmo os infernos? Depois de miseravelmente o haverem morto, não picaram o coração *Couer de Roi*, que professava a religião reformada em *Auxerre*, não lhe puseram os pedaços à venda e não os comeram afinal, para aplacar a raiva, como mastins? Milhares de testemunhas desses horrores, nunca dantes vistos em qualquer povo, ainda vivem e há livros já impressos que os atestam à posteridade.

“Portanto, não abominemos demasiado a crueldade dos selvagens antropófagos. Existem entre nós criaturas tão abomináveis, senão mais, e mais detestáveis do que aquelas que só investem contra nações inimigas de que tem vingança a tomar; elas mergulharam no sangue de seus parentes vizinhos e compatriotas. Não é preciso ir à América, nem mesmo sair de nosso país, para ver coisas assim monstruosas”

(Léry, 2009).

Vemos nestas palavras de Léry o desdobramento final de suas traduções. Não é para exaltar os Tupinambás que escreve sobre seus rituais e costumes, não para fazê-los mais humanos que os contrasta com seus conterrâneos, mas para fazer ver mais claramente os horrores que ele próprio havia visto, anos antes, durante a guerra intestina que corroeu sua França por três décadas. É bem verdade que, neste processo, Léry constrói uma versão mais palatável dos selvagens brasileiro, e até mesmo mais simpática a eles do que mereciam, mas o bom selvagem de Léry, que sobreviverá nas obras de Montaigne e Rousseau, fora um efeito colateral para que se pudesse mostrar com mais ênfase as brutalidades sofridas pelos adeptos da igreja reformada em terras europeias. Nestas bandas, por mais cruéis que fossem os selvagens, havia ainda melhores condições do que no Velho Mundo. Afinal, “os selvagens amam as pessoas alegres, brincalhonas e liberais, aborrecendo os taciturnos, os avarentos e os neurastênicos. Posso, pois, assegurar aos sovinas, e aos avarentos, aos que comem dentro da gaveta, que não serão bem vindos entre os Tupinambás, porquanto eles detestam tal espécie de gente (Ibid.)”.

<sup>10</sup> Neste ponto, Lestringant (1997) encontra uma referência anti-semita. Tomando como exemplo o personagem judeu Shylock, no *Mercador de Veneza*, que pede como garantia de crédito um naco de carne o mais próximo possível do coração de seu devedor, outra referência de canibalismo.

Enquanto a França Antártica foi destruída, restando dela quase nada senão uma ilha com o nome de seu fundador, os relatos de Léry e Thevet resistiram ao tempo. Consistem essencialmente em representações muito distintas uma da outra, quase que antagônicas em alguns sentidos, mas também convergentes em outros. Tanto Léry quanto Thevet viam nas Américas um lugar de oportunidades. Mas enquanto para Thevet a liberdade do Novo Mundo se apresentava como um vazio institucional pronto para ser preenchido pelas instituições vigentes na Europa; para fazer deste Novo Mundo a imagem e semelhança do Velho, para Léry as navegações ofereceram um porto seguro contra as perseguições que o afligiam em sua própria terra.